

Fiscais derrubam toldo e se desentendem com Administração Regional

Alessandro Mendes
de Brasília

Um desacordo entre a Administração Regional de Brasília e cerca de 50 fiscais de Postura e Obra provocou uma grande confusão ontem, na entrequadra 702/3 Norte. Pela manhã, os fiscais removeram um toldo em área irregular, de propriedade da Auto Escapamento Diniz, criando tumulto com empresários do local, que impediram o prosseguimento da operação. A previsão dos fiscais era de remover o toldo de todas as empresas da quadra. Para a Administração Regional, a ação foi ilegal, feita sem autorização do órgão. Os fiscais, no entanto, alegam ser desnecessário tal licença, pois a chamada independência funcional, prevista na Lei 1746/97, lhes daria total autonomia para a realização da derrubada.

Os empresários da área consideraram arbitrária a ação dos fiscais, e pretendem contestá-la judicialmente. "Ninguém está entendendo nada. Eles removeram o toldo sem fazer nenhuma notificação", disse Saulo Diniz, proprietário da Auto Escapamento Diniz. "Em 20 anos de trabalho neste local, nunca havia passado por isso. Os fiscais foram, inclusive, debochados, rindo da gente durante a derrubada", completou.

Para Diniz, os fiscais causaram tal transtorno, que, praticamente, inviabilizaram o dia de trabalho. "Vários clientes, quando viam a confusão, iam embora. Com isso, tivemos um bom prejuízo", contou. "Além do mais, com a retirada do toldo, eles quebraram a porta do meu depósito. Quem vai pagar por isso?", questiona.

A falta de notificação é contestada pelos fiscais. Eles alegam que enviaram, várias vezes, aviso aos empresários para que retirassem o toldo em área pública. "Foram todos notificados em mais de uma ocasião. Eles estão querendo apenas impedir o nosso trabalho", alegou Josias Peres, um dos fiscais presentes no local. "Como não houve a retirada, viemos cumprir a nossa obrigação", completou.

A Administração de Brasília contesta a ação dos fiscais. Para o administrador da cidade, Antônio Carlos de Andrade, era necessária uma circular do órgão autorizando a ação. "Eles agiram como autênticos foras-da-lei, à nossa revelia", afirmou Andrade. "Eu vou, inclusive, suspender todos os envolvidos, a partir de amanhã, por 60 dias", revelou. Para ele, os comerciantes atingidos devem apresentar queixa à Justiça contra os fiscais. "Os fis-

cais têm de pagar pelo ato de insubordinação", acredita.

Para Andrade, a atitude dos fiscais tem motivos políticos. "Eles querem aumento de salário e estão querendo aparecer. Só que escolheram o caminho errado para as reivindicações", disse. Ele afirmou, ainda, que a ação prejudicou bastante a relação da Administração Regional com os empresários. "Agora que estávamos acertando a regularização das invasões, vem essa sabotagem para estragar tudo", lamentou.

A ação dos fiscais também foi contestada pela diretora de Fiscalização e Postura e Obra do DF, Rosemarie Fittipaldi. "Foi um trabalho feito à nossa revelia, sem nenhum respeito à hierarquia", afirmou. "Agora, toda essa problemática terá de ser resolvida na Justiça. Eles acharam que tinham direito de realizar a operação, mas não tinham", concluiu.

Para o promotor de Justiça Paulo Gomes de Souza, requisitado pela Polícia Militar para verificar a legalidade da derrubada, a ação dos fiscais estava coberta pela lei. "O fiscal tem independência funcional, que lhe dá o direito de agir sem necessitar de autorização da Administração, desde que dentro da lei", afirmou. "Caso as notificações tenham sido feitas regularmente, não há problema", acrescentou.

Decisão

Após a interrupção do trabalho pela manhã, os fiscais permaneceram no local até o final da tarde, esperando decisão do Ministério Público que obrigasse a Polícia Militar a dar apoio à retirada. Esta havia se retirado pela manhã, após o tumulto, por ordem do Centro de Operações da PM.

Os promotores de Justiça requisitados pela Polícia Militar chegaram ao local por volta de 16h e, em reunião com os fiscais, resolveram derrubar apenas mais um toldo, cuja remoção havia sido iniciada, deixando os demais para outra data. Os empresários e funcionários do local, no entanto, não permitiram a retirada. Para manter a segurança dos envolvidos, os promotores optaram por transferir a operação para outro dia, recomendando aos fiscais que fosse feito um auto de resistência.